

PROCESSO N.º 2718/2017-FM-FM

CONTRATO N.º 16/2017-FM

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP,
CAMPUS DE BOTUCATU – FACULDADE DE MEDICINA.

CONTRATADA: A. A. C. P. SERVIÇOS RESIDENCIAIS E EMPRESARIAIS EIRELI - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE E COMBATE A PRAGAS URBANAS PARA A FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU.

REF. PREGÃO N.º 25/2017-FM

Aos nove dias do mês de Novembro de 2017, de um lado a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, por meio da **Faculdade de Medicina** situada à Av. Professor Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/nº, na Cidade de Botucatu, no Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 48.031.918/0019-53, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu, Prof. Adjunto Pasqual Barretti, RG n.º 9.546.168-SP, CPF n.º 034.430.398-55, e de outro, a empresa **A. A. C. P. SERVIÇOS RESIDENCIAIS E EMPRESARIAIS EIRELI - ME**, com sede na Rua Joaquim Mendes Pereira, Nº 458, na cidade de Saltinho, estado de São Paulo, CEP: 13.440-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.361.124/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu proprietário, Sr. Alexandre Antonio Cordeiro Pinheiro, RG n.º 339884599, CPF n.º 298.037.758-98, de acordo com o que consta do **Processo n.º 2718/2017-FM**, relativo ao **PREGÃO N.º 25/2017-FM**, têm entre si justo e acertado este instrumento contratual, que se regerá pelas CLÁUSULAS seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O objeto deste é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE E COMBATE A PRAGAS URBANAS PARA A FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU, pelo período de 15 (quinze) meses.

2. O prazo de vigência deste Contrato é de 15 (quinze) meses, contados da data do início dos serviços (Em 21/11/2017) podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado sempre o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3. As partes manifestarão interesse na prorrogação por escrito, sempre com antecedência de 60 (sessenta) dias.

4. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/93.

5. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este **CONTRATO** os documentos do **EDITAL DE PREGÃO N.º 25/2017-FM**, constantes do **Processo n.º 2718/2017-FM**, e, em especial, a **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação** da **CONTRATADA**.

2. **Parágrafo único** - A execução do **CONTRATO** será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2.002, publicada no D.O.U. de 18/07/2.002, Decreto Estadual n.º 47.297 de 06/11/2.002, publicado no D.O.E. de 07/11/2.002, Resolução do Comitê Estadual de Gestão Pública - CEGP - 10 de 19/11/2.002, publicada no D.O.E. de 20/11/2.002, Portaria UNESP n.º 53 de 13/03/1.996, publicada no D.O.E. de 14/03/1.996, Portaria UNESP n.º 43 de 05/02/2.003, publicada no D.O.E. de 06/02/2.003, Portaria UNESP n.º 122 de 21/03/2.003, publicada no D.O.E. de 22/03/2.003, aplicadas subsidiariamente as disposições da

Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/1.993, publicada no D.O.U. de 22/06/1.993, e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as regras de Direito Privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. As despesas decorrentes da prestação de serviços prevista neste contrato onerarão a dotação atribuída à Faculdade de Medicina de Botucatu, devidamente compromissado.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

1. Pela prestação dos serviços, objeto(s) deste **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o **preço mensal de R\$ 976,28** (novecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos) sendo o valor total de R\$ 1.301,71 (um mil, trezentos e um reais e setenta e um centavos) para o exercício de 2017, o valor total de R\$ 11.715,36 (onze mil, setecentos e quinze reais e trinta e seis centavos) para o exercício de 2018 e o valor total de R\$ 1.627,13 (um mil, seiscentos e vinte e sete reais e treze centavos) para o exercício de 2019.

2. O valor total do Contrato é de R\$ 14.644,20 (quatorze mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos)

CLÁUSULA QUINTA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

1. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente e à vista, no 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, observada a ordem cronológica de sua exigibilidade, em conformidade com a fiscalização da contratante, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura, correspondente ao período de execução dos serviços, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, correspondentes ao período de execução dos serviços.

1.1.1. Observadas as exigências retro, o pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente bancária em nome da **CONTRATADA** no **BANCO DO BRASIL**.

1.1.2. A não observância do prazo previsto para apresentação da nota fiscal/fatura ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

2. No documento fiscal emitido em nome do órgão licitante deverá ser destacado, quando for o caso, o desconto no preço referente ao ICMS, em conformidade com o artigo 55 do ANEXO I do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (RICMS-SP), com a redação dada por força do Decreto nº 48.034, de 19/8/03.

3. O proponente que emitir Nota Fiscal fora do Estado de São Paulo e aquele que se enquadrar no regime de tributação "simples" paulista, de que trata a Lei nº 10.086/98, estarão dispensados da previsão colacionada no **subitem 2**.

3.1. A emissão de Nota Fiscal deverá obedecer as normativas estabelecidas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, principalmente no que se refere a procedimentos da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, bem como quanto a **obrigatoriedade quando das contratações com órgãos públicos**.

4 Em caso de irregularidade(s) no(s) **item(ns)** do(s) objeto(s) entregue(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).

5. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6. Os preços mensais serão reajustados, na periodicidade anual, nos termos do Decreto Estadual nº 48.326/03, Resolução CC-79, de 12/12/2003.

7. A periodicidade anual do reajuste será contada a partir da data de apresentação da proposta, nos termos do permissivo do Decreto Estadual nº 48.326/2003.

8. As faturas / notas fiscais deverão ser emitidas pela **CONTRATADA** contra a **CONTRATANTE**, e apresentada na Seção de Finanças da Faculdade de Medicina, localizada no Distrito de Rubião Júnior, s/nº, na Cidade de Botucatu, Estado de São Paulo.

9. O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN** é devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

1. O reajuste dos preços unitários contratados observará a legislação vigente, em especial a Lei nº 10.192/01, o Decreto Estadual nº 48.326/03, c/c as disposições da Resolução CC 79/03, entre outros, tudo nos seguintes termos:

$$R = P_0 \cdot \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P₀ = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPC₀ = variação do IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

2. O preço contratado será reajustado após o decurso do período de 01 (um) ano, contado da data do início do serviço.

3. A previsão alusiva ao reajustamento somente será aplicada ao contrato com vigência superior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SETIMA – PRAZO, LOCAL DO SERVIÇO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

1. A prestação de serviços, objeto deste Pregão, deve atender a descrição constante no Anexo II, que faz parte integrante deste Edital.

1.1. A execução dos serviços deverá ter início a partir de 21/11/2017.

1.2. Local de Execução dos Serviços CONTRATADOS: Nas Unidades acadêmicas, de pesquisa e administrativa da Faculdade de Medicina de Botucatu.

2. O objeto da presente licitação, será recebido provisoriamente, em até 05 (cinco) dias, após cada período mensal dos serviços prestados, mediante a recepção pelo responsável da Faculdade de Medicina, do relatório de execução dos serviços, acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços, de acordo com o estabelecido no **subitem 27.8** deste Edital.

3. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a **CONTRATADA** deverá refazê-los no prazo delimitado pela **CONTRATANTE**, observadas as exigências estabelecidas para a prestação.

3.1. – Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor correspondente será descontado da importância devida à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4. O recebimento definitivo do objeto dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis, ou, neste mesmo prazo, após a conclusão das correções efetuadas com base no **subitem 27.10** deste Edital, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo.

5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da(s) proponente(s) adjudicatária(s), nos termos das prescrições legais.

6. A **CONTRATADA** deverá respeitar os prazos e metas descritas na **CLAUSULA NONA**, sendo que o não cumprimento de qualquer um dos itens dará direito à contratante aplicar as penalidades associadas que a seguir também são discriminadas:

6.1. No caso do nível do atendimento ficar abaixo de 80% ao mês em qualquer um dos itens e subitens de 25. a 27. Da **CLAUSULA NONA**, será atribuída penalidade cumulativa por cada chamada com quebra de ANS, no valor de 1% (um por cento) sobre a parcela mensal a ser paga pela **CONTRATADA**, não excedendo 80% do valor total mensal.

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta contratação.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA deverá executar o objeto deste CONTRATO de acordo com o explicitado em suas CLÁUSULAS, de acordo com a legislação vigente, além de responder civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para CONTRATANTE e / ou terceiros.
2. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados por seus técnicos, às suas instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, ficando esta desde já autorizada a descontar das faturas o valor correspondente à indenização referida.
3. Observar rigorosamente as normas emanadas da Lei Federal nº 9601/ 1998, sendo única responsável por eventual infração nela preconizada, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, seja no âmbito civil ou criminal.
4. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua contratação.
5. Sem prejuízo das disposições das cláusulas e anexos do contrato celebrado, e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além daquelas decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da CONTRATADA :
6. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
7. Comprovar o vínculo empregatício dos técnicos com a CONTRATADA , através de: "Ficha de registro de empregado" e "Contrato de trabalho" presente na carteira de trabalho. A contratante isenta-se de qualquer custo e responsabilidade legal empregatícia com técnicos da contratada, ficando a cargo da contratada qualquer demanda decorrente desse vínculo empregatício.
9. Garantir despesa com diárias, alimentação e transporte de funcionários.
10. Garantir condições para que os técnicos se apresentem uniformizados, com identificação da marca ou logotipo da empresa, utilizar obrigatoriamente crachá contendo nome do técnico, marca ou logotipo da empresa.
11. A CONTRATADA , na pessoa de seus funcionários, deverá apresentar comportamento ético no atendimento e manuseio dos equipamentos e seus conteúdos, agindo com discrição, cortesia e profissionalismo.
12. Todos atendimentos devem ser registrados como chamados. Caso não sejam, não podem ser contabilizados.
13. Comunicar ao preposto do CONTRATANTE, conforme o caso requeira, sobre fatos como impedimentos temporários, que impliquem na alteração de horários;
14. Providenciar treinamentos e reciclagens necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
15. Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço;
16. Atender, de imediato, as solicitações do CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
17. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos, quer materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da FMB.
18. Instruir seus empregados quando a serviço por força do CONTRATO a acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
19. Usar mão-de-obra qualificada e comprovada na área na execução de trabalhos.
20. Cumprir pontual e integralmente com suas obrigações fiscais e trabalhistas relativas às seus empregados nos quais se incluem, além do pagamento dos salários nos prazos previstos em lei, a rigorosa observância dos recolhimentos de tributos, encargos sociais (PIS e outros decorrentes do contrato de trabalho), contribuições sociais (CONFINS) e previdências para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), das normas concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, de proteção contra acidentes de trabalho (roupas, acessórios e equipamentos apropriados), de modo a evitar que a FMB possa ser responsabilizada, solidária ou subsidiariamente, por qualquer irregularidade ou inadimplência da Licitante ou eventual subcontratada, as quais serão as únicas responsáveis,

através de seus sócios e gerentes, pelo exato e fiel cumprimento de todas as obrigações e encargos acima deferidos, ficando a FMB, expressamente excluída de qualquer responsabilidade nesse sentido.

21. Observar as normas de conduta ética em ambiente de informações sigilosas; guardar absoluto sigilo e manter confidencialidade a respeito de todos os dados e informações pertinentes ao objeto contratado, obrigando-se por si, seus representantes, propostos, empregados e autônomos, sob pena de ser responsabilizado civil e judicialmente;

22. Não ceder ou transferir, parcial ou totalmente, os direitos e obrigações estipuladas neste contrato, salvo mediante o consentimento prévio e por escrito da FMB.

23. A CONTRATADA deverá respeitar os prazos e metas descritas nos subitens a seguir, sendo que o não cumprimento de qualquer um dos itens dará direito à contratante aplicar as penalidades associadas que a seguir também são discriminadas:

24. Todos os chamados técnicos devem ser cadastrados em sistema eletrônico, a ser acordado entre as partes, o qual deve ser administrado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional. O sistema deve permitir a geração de relatório mensal detalhado dos serviços e atendimentos executados.

25. Os chamados técnicos que não envolvam manutenção de equipamentos deverão ser resolvidos ou escalonados em até 02 (duas) horas após sua abertura.

26. Os chamados que exijam atendimento presencial deverão respeitar o tempo máximo de 90 minutos para comparecimento ao local requisitante, desde que este chamado tenha sido feito em tempo hábil antes do encerramento do horário comercial.

DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

1. Caberá a Diretoria Técnica de Informática da Faculdade de Medicina:

1.1. Indicar os locais de trabalho;

1.2. Fiscalizar o cumprimento dos serviços e prazos de entrega;

1.3. Notificação de falhas ao prestador de serviços, bem como notificação à Seção Técnica de Materiais para providências legais, caso essas falhas não sejam solucionadas.

2. Caberá à CONTRATANTE oferecer local adequado, munido de linha telefônica, mobiliário, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA zelar pelos mesmos, responsabilizando-se por sua reposição em caso de danos ou extravio.

3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, em suas dependências.

4. Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio implantadas na Instituição.

5. Fiscalizar, sempre que julgar necessário, os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o Contrato, caso a CONTRATADA desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas neste Contrato.

6. Indicar um representante para ser o gestor entre a CONTRATADA e FMB, para os assuntos pertinentes à prestação do serviço.

7. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados.

8. Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados, mediante formulários de avaliação destinados para esse fim.

9. Cumprir suas obrigações estabelecidas neste contrato.

10. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitadas pela contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.

11. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este Contrato poderá ser alterado nos termos do disposto no Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

2. Parágrafo único - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no(s) objeto(s) deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

1. Independentemente das responsabilidades civil e/ou criminal, o descumprimento das obrigações acordadas sujeitará a **CONTRATADA** às sanções aplicáveis previstas no **Artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2.002** e àquelas, igualmente aplicáveis, contempladas no **Artigo 15 da Resolução CEGP - 10/2.002**, sem prejuízo de sujeição às penalidades previstas na **Lei Federal n.º 8.666/93** e na **Portaria UNESP n.º 53/96**.

2. O descumprimento do prazo de entrega resultará na aplicação de multa de mora, nos termos da **Portaria UNESP n.º 53/96**.

3. Sem prejuízo do disposto no item anterior, se a **CONTRATADA** não atender às determinações da **CONTRATANTE** no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação escrita que lhe for dirigida, estará sujeita ainda às multas diárias previstas na **Portaria UNESP n.º 53/96**.

4. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, a multa decorrente da inadimplência contratual será de 30% (trinta por cento) sobre o total ou parte da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço de nova contratação.

5. A(s) multa(s) será(ão) descontada(s) do(s) pagamento(s) eventualmente devido(s).

6. Na hipótese do pagamento da(s) multa(s) não ocorrer na forma prevista no parágrafo anterior, escoado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela **CONTRATADA**, da respectiva notificação, a cobrança será objeto de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, incidindo correção monetária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa daquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, ou índice que venha substituí-la.

7. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outras.

8. Da aplicação de multa(s) caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do ato.

9. A mora na execução, além de sujeitar a **CONTRATADA** à multa, autoriza a **CONTRATANTE**, em prosseguimento ou na reincidência, a declarar rescindido o Contrato e punir a faltosa com a suspensão do direito de licitar e contratar em seu âmbito, e até mesmo adotar as providências para a declaração de sua inidoneidade, facultado, em quaisquer das hipóteses, o direito de defesa.

10. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, observados os prazos estabelecidos para tanto.

11. Sem prejuízo da aplicação, à **CONTRATADA**, das sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** recorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes do Contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

1. A **CONTRATADA** não poderá transferir ou subcontratar o(s) objeto(s) deste **CONTRATO**, no todo ou em parte, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão nos termos dos Artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto nos Artigos 86 a 88 da mesma Lei.

2. **Parágrafo único** - Na hipótese de rescisão, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TOLERÂNCIA

1. Caso uma das partes contratantes, em benefício da outra, tolere, ainda que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer **CLÁUSULA** deste **CONTRATO** e/ou dos documentos que o integram, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas **CLÁUSULAS**, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

1. Será competente o foro da Fazenda Pública de Botucatu, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste **CONTRATO**.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este **CONTRATO** em 2 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Botucatu, XX de Novembro de 2017.

Contratante:

Prof Adjunto Pasqual Barretti,
Diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu

Contratada:


Alexandre Antonio Cordeiro Pinheiro
RG nº 339884599, CPF nº 298.037.758-98
A. A. C. P. SERVIÇOS RESIDENCIAIS E EMPRESARIAIS EIRELI – ME

Testemunhas:


Sérgio Rogério Bovolenta
RG: 25.045.818-4


Marisol Cristina Viaro Corvino
RG: 21.811.216-6